

**EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
Uma Análise sobre Evasão, Permanência e Êxito, nos três cursos de pós-
graduação *lato sensu*, ofertados pelo Centro de Referência e Formação em
Educação a Distância - IFSC.**

Acadêmica: Rosa Monteiro

Marques

Orientador: Amílton Luiz Rabello

RESUMO

A evasão escolar passa ser um problema em crescimento que atinge todos os níveis de ensino da educação no Brasil, principalmente na modalidade EaD, pois são muitos os desafios a serem enfrentados pelo aluno que decide por esta modalidade de ensino. Assim sendo, objetivando entender a condicionante da evasão escolar de modo geral na EaD e no que diz respeito à trajetória escolar e profissional e os significados atribuídos sua escolarização e formação profissional do aluno a discussão desta temática torna-se relevante, visto que, por meio dela foi possível mensurar quais as principais causas da evasão e o que fazer para fomentar a permanência e êxito. Além disso, serviu para pensar políticas de estratégias para desenvolver ações preventivas, colocando o aluno como foco principal ampliando assim a democratização do acesso e a qualidade da educação para todos, e fortalecimento na gestão de permanência e êxito. Por isso, este artigo foi elaborado com intuito analisar para compreender a temática da evasão escolar e permanência e êxito, dos cursos de pós-graduação lato sensu em docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica ofertados pelo Centro de Referência e formação em Educação a Distância do Instituto Federal de Santa Catarina, e, perante isso, formulou-se propostas que possam desenvolver estratégias escolares que promovam a permanência e o êxito dos estudantes dos nos referidos cursos, na modalidade EAD, ofertados pelo Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC.

Palavras-chave: Evasão. Permanência. Êxito. Educação a distância.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância a muito deixou de ser tendência e já está totalmente incorporada às instituições de ensino, sendo uma das suas principais vantagens é a flexibilidade na carga horária de estudo. Entretanto, engana-se quem imagina que a EaD é para quem não tem tempo, o que se tem é a versatilidade do tempo no modo de estudo, ou seja, o aluno tem a possibilidade de criar seu próprio cronograma. Contudo, o gasto com horas de estudo, para aqueles que são dedicados, é quase equivalente à do presencial. Também é contestável a premissa de que esta modalidade de ensino é para quem não gosta de estudar, pois, o aluno da EaD só consegue atingir os objetivos propostos, pela instituição, correspondente ao curso por meio de muito estudo.

Observa-se também que o aluno da EaD ainda tem que superar os desafios ao lidar com as tecnologias da educação, pois, esta modalidade de ensino utiliza-se plataformas de estudo interativo, os quais nem sempre ele consegue ter domínio. Também precisa desenvolver habilidades de pesquisador, correr atrás das informações, pois tem prazos a cumprir, e geralmente as oportunidades referente a recuperação de conteúdo oferecidas a este aluno são menos flexíveis do que a do ensino presencial, visto que nesta modalidade não há a subjetividade das relações pedagógicas vivenciadas entre professor e aluno no cotidiano da escola como se dá na modalidade presencial.

Enfim, são muitos os desafios a serem enfrentados pelo aluno que decide por essa modalidade de ensino. O que acontece é que por desconhecimento da metodologia da EaD o aluno ingressante não consegue acompanhar o ritmo de estudo proposto, e, diante disso, já no início do curso escolhido começa-se a ter dificuldade em conciliar seu tempo entre trabalho e estudo, sendo esse um dos principais motivos de afastamento do aluno do curso escolhido, aumentando, assim, as estatísticas de evasão escolar.

Nesse sentido, este tema delimitou-se em fazer uma análise descritiva sobre evasão, permanência e êxito nos três cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização em docência para a educação profissional; tecnologias para a

educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica, ofertados pelo Centro de Referência e formação em Educação a Distância - CERFEAD, do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, na modalidade EaD, problematizando para saber quais foram as maiores causas da evasão escolar nos referidos cursos. E quais as estratégias podem ser criadas para a redução da evasão e o fortalecimento das ações de permanência e êxito.

Procurando responder a essa questão, o objetivo geral, deste artigo, será analisar, para compreender, quais as principais causas da evasão escolar nos referidos cursos ofertados, pelo CERFEAD/IFSC, na educação a distância, bem como, diagnosticar os principais motivos que levam o aluno a evadir-se, a fim de propor ações que promovam o fortalecimento da permanência e êxito. Sendo que com esta análise será possível mensurar quais as principais causas que fizeram com que desistissem.

Em face a metodologia aplicada, neste artigo, primeiramente, fez-se uma pesquisa bibliográfica para levantamento do que já foi tratado sobre o assunto. Após, analisou-se dados, coletados por meio de uma pesquisa quantitativa, na qual utilizou-se questionário estruturado, respondido pelos alunos evadidos dos três cursos supracitados.

Ainda, neste sentido, justifica-se este trabalho pela sua relevância no sentido de procurar compreender o condicionante da evasão escolar dos alunos dos três cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos na modalidade da EaD. Além de permitir criar mecanismos para fomentar ações que promovam o fortalecimento do programa permanência e êxito, colocando o aluno como foco principal ampliando assim a democratização do acesso e a qualidade da educação para todos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concernente a evasão escolar ser um problema em crescimento que atinge todos os níveis de ensino da educação no Brasil, não sendo diferente com os cursos ofertados na modalidade de educação a distância – EaD. São diversas as variantes que levam o aluno a ela, com despreparo do professor/tutor, a desmotivação do aluno, a não identificação com o curso ou instituição, entre outras coisas. Entretanto, o que realmente conta é a prejudicialidade para o indivíduo e

para a sociedade, no sentido de que a educação é parte primordial em uma sociedade economicamente desenvolvida. Já no que diz respeito ao aluno da EaD as maiores dificuldades encontradas são as de como gerenciar o próprio tempo, em razão de acúmulo de suas funções, a dificuldade de entender o conteúdo.

2.1 Educação a Distância – EaD no Brasil

Para contextualizar a temática tratada, no sentido de entender o momento em que a educação a distância está vivendo e como as tecnologias modificaram a forma desse estudo, e, ainda, como o aluno que opta por essa modalidade está inserido neste contexto, foi necessário refazer a trajetória do EaD desde seus primeiros passos. Nesse sentido, a educação a distância, no Brasil, iniciou-se no século XIX com os primeiros cursos ofertados, cuja aprendizagem se dava por meio de correspondências. Somente nos anos 60, houve um aprimoramento dos materiais impressos, com o desenvolvimento da tele-educação e pela utilização de meios de comunicação de massa, como rádio e televisão (LITTO; FORMIGA, 2009). Posteriormente, com o advento da Internet, na década de 90, houve uma grande mudança no modo de estudo devido a utilização das redes de satélites e do computador. Conforme Oliveira (2009) Essas novas tecnologias que definiram uma nova fase no EaD, bem como foram um marco para a história dessa modalidade.

Com a evolução e massificação do EaD foi necessário criar legislações específicas para esta modalidade de ensino. A LDB 9394/96, já tratava deste assunto de forma abrangente, todavia, existia a necessidade de regulamentar a referida Lei para adequar a Educação a Distância à sociedade atual.

Atualmente, a Educação a Distância segue as diretrizes regulamentadas pela legislação vigente, sendo uma delas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96. Posteriormente, a legislação que trata dessa temática foi ampliada por meio do Decreto n o 9.235/2017, que no seu art. I: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior – IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino. (BRASIL, 2017) Este decreto desburocratiza dando mais celeridade e autonomia às instituições de ensino superior. De acordo com Sartori (2017 Apud

MEC, 2017):

Com este novo decreto, os estudantes terão melhores condições de oferta de ensino de qualidade, segurança regulatória e fiscalização permanente, primando por um sistema de ensino que seja capaz de acompanhar as inovações tecnológicas e educacionais, atendendo a necessidades e expectativas dos estudantes em suas formações.

Já o Decreto de nº 9.057/2017, regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabelece que se desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. No capítulo II, artigo Art. 8º, estabelece que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação no EaD, na modalidade do ensino fundamental, médio, Educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos e educação especial. (BRASIL, 2017)

Percebe-se na legislação, que a Educação a Distância cumpre um papel relevante no mundo acadêmico, pois contribui significativamente para escolarização em todos os estágios da educação, desde a básica até a de qualificação dos profissionais. Sendo, por vezes, a última porta de entrada para o indivíduo ter acesso pleno à educação.

Embora, a EaD ofereça muitas vantagens que vão desde dos aspectos financeiros até a disponibilidade de tempo, esta modalidade sofre com a evasão escolar, e isso tem alertado as instituições que, diariamente, abordam pesquisas sobre a questão. Conforme Niskier (1999, p. 61 *apud* ALVES, 2017, p.04) “[...] a neutralidade da escola tende a desaparecer, porque a educação é um ato politicamente comprometido para criar o homem do futuro e assegurar o futuro do homem”. Destaca, ainda, que é preciso refletir o que vem dando certo referente a permanência do aluno na EaD, ou seja, fomentar as ações positivas presentes nela, aquelas que fazem com que o aluno permaneça até o término do curso, pois, dominar essas questões é fundamental para criar estratégias para diminuir a evasão escolar. (NISKIER, 1999 *apud* ALVES, 2017).

2.2 Evasão Escolar no Brasil

No Brasil, a evasão escolar é um problema crescente que afeta todas as

esferas do ensino, principalmente nas instituições públicas. Diversas discussões e debates têm sido realizadas com essa temática com objetivo encontrar uma possível “solução” para este problema.

No caso do Brasil, que possui um território de dimensões continentais e baixos indicadores sociais, é natural que a EAD se sobressaia como modalidade educativa diferenciada e alternativa para a capacitação e disseminação massiva de conhecimentos, com uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação para promoção de interações com vistas à aprendizagem. Contudo, antigos problemas continuam vigentes, entre o quais o da evasão. (OLIVEIRA; OESTERREICH; ALMEIDA, 2018)

Além disso, também é um tema preocupante na nossa sociedade, visto que existe uma grande perda para ela e para o indivíduo que evadiu do seu respectivo curso, visto que o aluno ao ingressar nos estudos projeta possíveis sonhos para seu futuro, pois o conhecimento desperta no homem processos internos de desenvolvimentos de reflexões.

Para Sócrates o conhecimento anterioriza no espírito do homem e a aprendizagem constitui em despertar esses conhecimentos inatos e adormecidos. (BENITEZ, 2019).

Além disso, a evasão vai de encontro com o direito à cidadania que é resguardada pela nossa Constituição Federal, considerando que o direito à educação escolar dá garantia para que o indivíduo seja mais do que parte integrante de uma coletividade, tornando-o parte atuante na construção de uma sociedade democrática, preparando-o para o pleno exercício da cidadania e para o ambiente de trabalho. Visto também, que por meio da educação o indivíduo constrói, modifica, diversifica a si mesmo e o ambiente em que vive. Em afirmação a isso, a nossa Constituição Federal de 1988, consagra-a como um direito social, e em seu art. 205, estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988). Como parte do princípio da dignidade humana e sendo a educação um direito de todos, ela torna-se prioridade na agenda das políticas públicas, principalmente por causa de seu caráter obrigatório, o que a diferencia de outros direitos sociais.

Nesse contexto, além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira – LDB 9394/96, que regulamenta o sistema educacional público e privado, no Brasil, da educação básica ao ensino superior. Sendo que a Educação Básica compreende ensino infantil, fundamental e médio. (BRASIL, 1996). Ao que se refere a educação básica o tema evasão, permanência e êxito é amplamente discutida no meio docente. Constantemente são feitos estudos e pesquisa sobre a temática, visto ser um tema de muita relevância.

Todavia, quando se trata da mesma abordagem para o ensino superior, especificamente para cursos de pós-graduação os debates e pesquisas ainda são bem superficiais. Existe uma lacuna referente ao aluno como foco de estudo da evasão, permanência e êxito nos cursos de pós-graduação, visto que se por um lado os debates sobre evasão nos cursos pós-graduação precisam ser mais explorados, por outro os debates e pesquisas envolvendo a Educação a Distância – EaD estão cada vez mais intensificados.

Oliveira, Oesterreich e Almeida (2018), ao estudarem autores Bruno-Faria e Franco (2011)¹ sobre a evasão nos cursos de pós graduação, refletem que estes autores “apontam que uma alta taxa de evasão, no âmbito da universidade pública, também significa desperdício de recursos públicos. Esse motivo torna o estudo da evasão nas universidades públicas uma necessidade”.

À vista disso, entende-se que no âmbito do ensino superior, a problemática da evasão escolar na sua contextualização requer estudos e pesquisas mais efetivas que se aprofundam nos fatores determinantes dos motivos que levam o abandono do aluno à escola, assim como na compreensão e reflexão voltadas às implementações de políticas de enfrentamento para combatê-la.

2.3 Evasão Escolar no âmbito da Educação a Distância – EaD

A evasão na EaD ocorre quando o aluno desiste de estudar no curso em que está matriculado, podendo ocorrer em qualquer momento do processo, tanto na educação básica quanto na educação superior graduação ou pós-graduação, nas instituições privadas e públicas. Os fatores geradores dessa evasão são diversos, como a falta de recursos, rotina de trabalho, dificuldade de adaptação a esta

¹ BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; FRANCO, Angélica Lopes. Causas da evasão em curso de graduação a distância em Administração em uma universidade pública federal. Revista Teoria e Prática da Educação, Maringá, v.14, n.3, p. 43-56, set./dez. 2011.

modalidade de ensino, resistência e EaD, ausência de contato pessoal entre professor e aluno, entre outros. Sendo também um dos motivos da evasão do aluno na EaD as plataformas de ensino e metodologia propostas nos cursos (CENSO EAD, 2010). Certamente existem outras variáveis que interferem também nesta evasão, conforme Carmo & Carmo, (2014, p.10):

Em suas pesquisas, esse autor verificou que existem poucas publicações sobre permanência como objeto de pesquisa contrastando com as mais de mil sobre evasão escolar, que, em maioria tende a responsabilizar os sujeitos discentes pelo abandono da escola. Por isso, considera-se que em vez de buscar entender as razões que levam a evasão dos alunos, deve-se considerar os motivos que levam à permanência daqueles que concluem os cursos. (apud SIQUEIRA; SILVA, 2015, p.02)

Para Andrade; Pereira (2012, p. 154):

[...] algumas barreiras podem retardar este processo e, entre elas, destaca-se a ideia disseminada de que o público atendido pela EaD precisa ser disciplinado e autônomo nos estudos. Embora não seja um pré-requisito oficial usado na seleção de alunos, está presente no discurso dos professores e de gestores de cursos de EaD.

Nessa perspectiva, é preciso perceber que o aluno como protagonista da modalidade necessita dominar competências inerentes a ele. Ainda conforme os autores “essa condição, que para alguns pode ser traduzida como ‘capacidade de autogestão’ e para outros como ‘autonomia para estudar’, parece ser endêmica a EaD”. Ademais, Fonseca (2014, p. 6) esclarece que: “o processo democrático da educação a distância, pode-se dizer que a autonomia requer disciplina, organização, persistência, responsabilidade e automotivação. No mesmo sentido Carneiro (2014 apud SIQUEIRA; SILVA, 2015) afirma que a motivação, autodisciplina, responsabilidade e persistência são requisitos básicos que o aluno da EaD precisa adquirir.

Não obstante, a realidade se mostra desfavorável e estas questões, já que, por vezes, a EaD é vista como um *Fast Food* da educação onde a qualidade do ensino torna-se secundária. Sendo que por um lado os alunos se mostram preocupados com o diploma não se apropriam do conhecimento de forma integral, por outro lado, têm as instituições com seus professores/tutores mal remunerados, mal capacitados e com plano de curso não condizente com a realidade ou perfil do

aluno EaD. Isso tudo se quantifica nos censos de evasão, como mostra o censo EAD (2017/2018, p.30) quando informa que a taxa média de evasão da EaD continua sendo superior à dos cursos presenciais. Rovai (2003 apud (OLIVEIRA; OESTERREICH; ALMEIDA, 2018 p. 4),

faz uma revisão dos motivos que levam à persistência/evasão dos estudantes a distância. Em suma, o autor estabelece um modelo em que a persistência é determinada por fatores anteriores e posteriores à admissão no curso. Entre os fatores anteriores à admissão estão as características do estudante (idade, etnia, gênero, desenvolvimento intelectual, desempenho acadêmico e preparo acadêmico) e suas habilidades inerentes (alfabetização computacional e informacional, gestão do tempo, leitura e escrita, interação em ambientes virtuais). Nos fatores posteriores à admissão há os aspectos internos (integração acadêmica e social, comprometimento com objetivos e institucional, hábitos de estudo, frequência escolar, satisfação, orientação, técnicas pedagógicas para ensino e aprendizagem, autoestima, clareza dos programas, dentre outros) e os externos (tempo de trabalho, responsabilidades familiares, estímulos externos, crises pessoais e finanças).

Apesar dos censos apontarem o grande índice de evasão escolar no EaD, atualmente grandes instituições de ensino aderiram a esta modalidade, entre elas as universidades públicas, privadas, centros universitários, bem como os institutos federais. Com isso, novas perspectivas vão sendo criadas nesse campo, bem como novas estratégias de aprendizagem e novas tecnologias estão sendo inseridas nesta modalidade. A exemplo disso, pode-se citar o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, em 2008 por meio do programa universidade aberta para todos – UAB, foram abertas novas turmas na modalidade da Educação a Distância – EaD.

2.4 Histórico do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC na Educação Profissional Tecnológica

A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia se deu para suprir uma demanda de mão de obras especializadas, é tido como modelo de sucesso no que diz respeito a educação profissional e tecnológica, pois, atualmente, compete com universidades cobrindo as lacunas de falta de mão de obra especializada. Os Institutos Federais foram planejados para trabalhar em rede para ofertar educação profissional, começando por cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, perpassando pelos cursos técnicos de nível médio, até alcançar os estudos em nível de graduação e pós-graduação (especialização e

mestrado) (IFSC, 2019).

Em relação a EaD o processo de implantação da Educação a Distância – EaD no IFSC, foi iniciado em 2000, quando o polo de São José ofertou o primeiro curso básico em refrigeração, em 2002 (IFSC, 2016), Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica. Em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007.

O IFSC, além dos polos de apoio presencial, conta também com um Centro de Referência em Formação e EaD – Cerfead, criado em fevereiro de 2014, e também os Núcleos de Ensino a Distância – NEaDs em cada câmpus do IFSC.

2.5 Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD

O Cerfead é uma diretoria vinculada à Pró-reitoria de Ensino, tem atuação direta da formação e qualificação dos servidores do Instituto capacitando-os para exercerem suas atividades afins. Também atua na modalidade da EaD na formação dos servidores da rede pública, visando a ampliação e consolidação da oferta formativa dos campus, lançando mão de diversas metodologias inovadoras, sempre relacionando-as aos objetivos e metas institucionais. (IFSC, 2019).

2.6 Educação a Distância no âmbito dos cursos de pós-graduação *lato sensu* no IFSC

Ao que diz respeito aos cursos de pós-graduação o IFSC oferece cursos de especialização e mestrado presenciais e a distância. Especialização tem como objetivo de aprofundar os conhecimentos do aluno sobre determinada área e o de mestrado tem como objetivo de qualificar o aluno por meio de aulas e pesquisa científica que é desenvolvida pelo mestrando com a orientação de um professor.

2.6.1 Curso especialização *lato sensu* em Docência para a Educação Profissional

Conforme citado no projeto pedagógico (2019, p.15) O curso de especialização

em Docência para a Educação Profissional tem por objetivo capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional como Campo de Estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos; compreender a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional.

2.6.2 curso especialização *lato sensu* em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica

O curso especialização *lato sensu* em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo a capacitação para atuação na área de Gestão Pública, com ênfase na gestão de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica para especializar o servidor público em sua trajetória profissional contribuindo para o processo formativo para atender as especificidades que a área de gestão pública na educação profissional tecnológica demanda. O Projeto Pedagógico de Gestão pública na Educação Profissional e Tecnológica (2016, p. 12) esclarece que: “o curso propõe-se a contribuir com o percurso formativo dos servidores públicos, sobretudo atendendo às especificidades das instituições de Educação Profissional”.

2.6.3 curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Tecnologias para Educação Profissional

Este curso foi criado para atender uma demanda na formação de profissionais na utilização de novas ferramentas tecnológicas promovendo o compartilhamento de novos conhecimentos com a finalidade de quebrar as barreiras que circundam a utilização da tecnologia na educação. (IFSC, 2017, p. 11).

Em todos os cursos citados acima, para a interação com o aluno EaD o IFSC utiliza a plataforma *Moodle*, na qual o aluno e professor não precisam estar no mesmo ambiente fisicamente para que as aulas aconteça, ou seja, as interações pode acontecer com videoconferências, *chats*, fóruns, aulas de laboratórios, trabalho de conclusão de curso, aulas presenciais nos polos ou nos campus, entre outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. (IFSC, 2016).

3 METODOLOGIA

Uma das estratégias utilizadas para a compreender como se dá a evasão escolar foi de, primeiramente, levantar informações sobre como se dá a oferta cursos de pós-graduação *lato sensu* em docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica.

Outra estratégia utilizada para a compreender a evasão escolar foi a análise da pesquisa elaborada pelo IFSC, em 2018, com os supracitados cursos sobre o que ocasionou sua evasão neles, pesquisa na qual foi devidamente autorizada a ser utilizada neste projeto.

Ainda, ao que se refere a estratégia foi produzida uma pesquisa qualitativa, onde utilizou-se procedimento de análise de dados, no âmbito da pesquisa documental feitas por meio eletrônico, como site, entre outros, com propósito de, primeiramente, entender a temática, para, posteriormente, verificar a possibilidade de desenvolver proposições que reduza o índice de evasão escolar.

É sabido que os procedimentos utilizados durante a coleta de dados são tão fundamentais quanto o resultado obtido com a pesquisa, nesse sentido, durante o processo, foram aplicados um conjunto de procedimentos metodológicos organizados a partir da problematização do tema. Sendo que a apresentação da pesquisa adotada neste estudo foi por meio de instrumentos de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados sobre evasão, permanência e êxito, o qual serviu para atingir os objetivos de diagnosticar os principais motivos que os levaram a evasão escolar, assim como as dificuldades encontradas pelo aluno a permanecer nos cursos.

Para que fosse conferido um grau de confiabilidade aos resultados obtidos realizou-se uma pesquisa qualitativa, a qual serviu para análise de forma subjetiva tendo como propósito a criação de hipóteses sobre a evasão escolar e quais as formas de reduzi-la, assim como explorar o problema de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa. Também fez-se uma pesquisa exploratória de coleta de dados por meio de estudo de bibliografia sobre a

temática, sendo esta exploração ocorrida durante todo o percurso de elaboração deste artigo, fortalecendo assim a fundamentação, dando amparo as deduções propostas e restabelecendo os conhecimentos necessário ao que diz ao assunto abordado.

Para os resultados esperados do artigo, no âmbito da pesquisa qualitativa analisou-se o Plano Estratégico de Permanência de Êxito dos estudantes do IFSC de 2018; o Plano de Trabalho/Projeto Básico de Pesquisa e Estudo da Evasão nos Cursos de Especialização com Oferta própria do Cerfead e o resultado da pesquisa feita com alunos evadidos de três cursos de especialização: docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica.

Correspondente ao Plano Estratégico de Permanência de Êxito dos estudantes do IFSC, durante a análise pode-se afirmar que é o mais macro, abrangendo todos os níveis de educação, trazendo uma série de medidas a serem implementadas para trabalhar a permanência e o êxito dos estudantes, as quais estão alinhadas aos objetivos e iniciativas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. O qual foi lançado durante o Primeiro Encontro de Permanência e Êxito.

3.1 Estudo de análise das estratégias efetuadas pelo IFSC no âmbito da permanência e êxito.

“Colocar o foco na permanência e êxito significa assumir a função social da instituição, que é consolidar o direito à educação e promover a aprendizagem de todos os estudantes. Esse é um enfoque positivo, propositivo, de reconhecimento e fortalecimento das boas práticas”. (SCHROEDER *apud* IFSC, 2018). Esta frase foi pronunciada na abertura do Primeiro Encontro de Permanência e Êxito do IFSC, ressaltando a importância do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do IFSC, elaborado no ano de 2018.

O referido encontro ocorreu em 2018, em Florianópolis, como uma das medidas que o instituto tomou com objetivo de reduzir a evasão escolar nos seus cursos e consolidar o fortalecimento e fomento do programa de permanência e êxito. “Pensar políticas, estratégias e ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes pressupõe pensar, também, a democratização do acesso e a

qualidade da educação para todos.” Definiu, assim, a ideia central do evento a pedagoga Nilva Schroeder, Campus São José. (SCHROEDER *apud* IFSC, 2018). Logo, pode-se afirmar que este encontro foi um marco para a efetivação das ações planejadas no plano.

Em referência a análise de criação de execução do Plano de Permanência e Êxito e as boas práticas na consolidação das políticas educacionais referente o tema, salienta-se que a palestrante ressalta que “embora o Plano de Permanência e Êxito tenha sido elaborado em função de uma demanda do Tribunal de Contas da União, a resposta da instituição deve ser dada para toda a sociedade, por meio do envolvimento de todos os servidores.”. Ressalta, ainda que “Cada servidor precisa se envolver e se enxergar nesse grande trabalho. Deve poder dizer ‘eu participei desse trabalho’”. (SCHROEDER *apud* IFSC, 2018).

Ainda no âmbito da análise ao que permeia o plano, identificou-se que, para a sua elaboração, foram utilizados dados do SISTEC, do período de 2009 a 2017, sobre evasão escolar no IFSC, no qual informa que o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC registrou um índice de 44% de evasão escolar, durante o referido período, ficando entre os dez institutos federais com alto índice de evasão. Sendo que, na esfera dos cursos especialização *lato sensu*, modalidade EaD, dos 7. 253 inscritos, somente 2,295 (31,64%) tiveram egresso com êxito, ou seja, conseguiram dar término aos seus estudos. Já nos cursos de pós-graduação especialização: Docência para educação profissional; gestão pública na educação profissional e tecnológica e tecnologia na educação profissional, todos na modalidade EaD, o índice de evasão foi de 46,11% (SISTEC *apud* GALLINDO, 2018), correspondente aos três cursos analisados, os dados do SISTEC, do período de 2009 a 2017, informa que o curso de especialização em docência para educação profissional teve 519, ingressantes, desse montante 193 (37,19%) continuavam cursando, à época, 246 (47,40%) estavam em curso retido e 80 (15,41%) egresso sem êxito.

Dando seguimento, o SISTEC traz dados referentes aos cursos *lato sensu*, no qual o curso de especialização em gestão pública para educação profissional e tecnológica teve 360 ingressantes, 96 (26,67%) cursando, 189 (52,50%) curso retido e 73 (20,28%) egresso sem êxito. E, por fim, no curso de especialização em

tecnologia para educação profissional 194 ingressantes, curso retido 129 (89,58%) e egresso sem êxito 15 (10,42%).

Tendo como base neste estudo o IFSC criou um plano de Trabalho/Projeto Básico de Pesquisa e Estudo da Evasão nos Cursos de Especialização com Oferta Própria do Cerfead, cuja finalidade foi, primeiramente, mensurar os motivos das desistências do estudante, a fim de conhecer os fatores que contribuem para seu egresso sem êxito, posteriormente, criou também ações para a redução dos índices de evasão nos cursos supracitados, os quais, por meio dos relatórios, foram apontados os números de evasão.

Em continuação a pesquisa qualitativa analisou-se o plano de trabalho/projeto foi desenvolvido, pelo IFSC, o qual seguiu-s uma sequência de etapas, sendo a primeira a sistematização dos resultados de levantamento e análise do estudo, começando pelo histórico resumido do IFSC, somatizando sua evolução, tanto no aspecto físico como pedagógico, trazendo, logo em seguida, a justificativa e os objetivos que levaram à criação e implementação do plano.

Em análise as próximas etapas do plano, detectou-se a descrição conceitual das noções de permanência e êxito; de evasão e retenção, bem como a descrição da metodologia para sua elaboração e implantação. O traçamento de um diagnóstico quantitativo referente a situação das matrículas, no período de 2009 a 2017, usando como parâmetro a Análise da Evasão na Rede Federal, com dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. (2018). E, por fim, identificou-se que o IFSC apresentou as causas da evasão e retenção dos alunos e a sistematização de um conjunto de medidas a serem implantadas em relação aos alunos evadidos. Durante a análise compreende-se que com esse plano de trabalho foi possível mensurar e implementar as medidas necessárias para o fortalecimento da permanência e êxito nos cursos.

3.2 Resultado da pesquisa com alunos evadidos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica

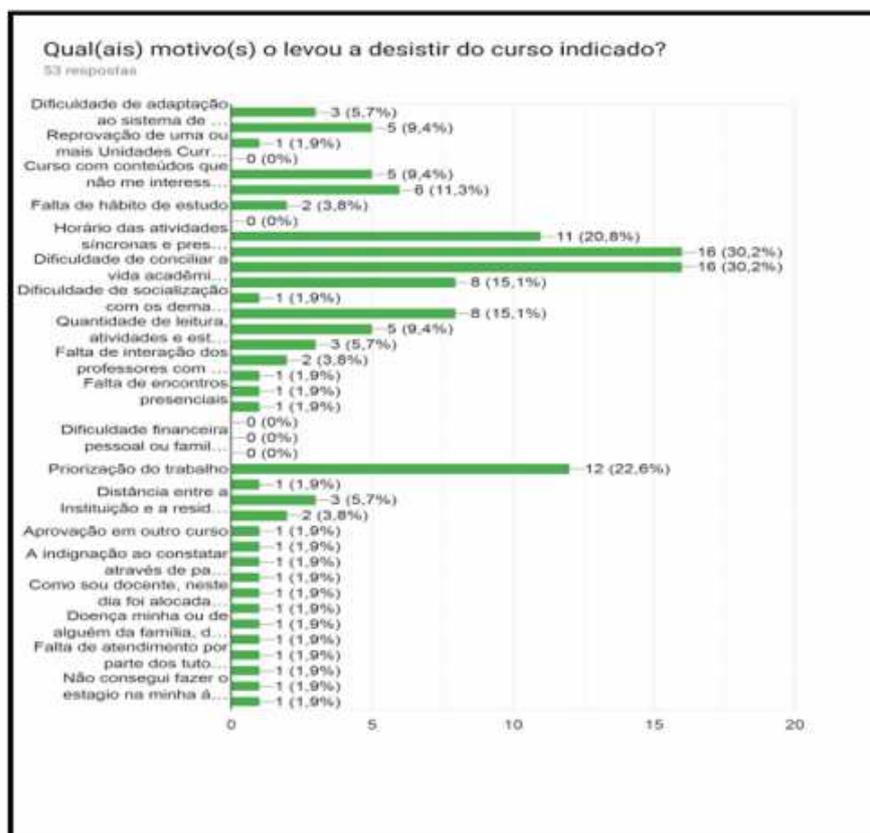
Dando sequência a análise prosseguiu-se com o estudo da pesquisa feita

pelo Cerfead que elaborou uma pesquisa quantitativa, na qual aplicou um questionário estruturado aos alunos evadidos nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica, com questões a serem respondidas sobre o abandono de seus respectivos cursos. Onde foram respondidas as perguntas sobre quais os principais motivos pelos da evasão. Esta pesquisa feita foi referente aos anos de 2017 e 2018, onde foram ofertados 300 e 250 vagas, respectivamente,

Analisou-se a amostragem que correspondeu um total de 187 alunos, os quais 53 responderam à pesquisa, e desses alunos que responderam ao questionário, (49,1%) eram do curso de especialização em Docência para a Educação Profissional, (24,5%) eram do curso de Gestão Pública para a Educação Profissional e Tecnológica e (26,4%) eram alunos especialização em Tecnologia para a Educação Profissional. Sendo que os dados foram coletados na abrangência dos 20 Neads do Estado de Santa Catarina.

Dando prosseguimento à análise, dos 550 alunos ingressados nos cursos, totalizando 100%, a taxa de evasão foi de (34%), e permanência e êxito (66%). Em relação aos evadidos aos serem questionados quais foram os principais motivos do abandono ao curso para (30,2%) foi a dificuldade de conciliar horários e vida acadêmica. Para (22,6%) o motivo da evasão foi a priorização do trabalho, e para (20,8%) horário das atividades síncronas e presenciais, seguido por (11,3%) que responderam perceberem a programação do curso pouco atrativa e com muito conteúdo. As respostas restantes tiveram diversos motivos que levaram a evasão, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Motivos que levou a desistir do curso indicado



Fonte: IFSC (2019)

Quando se avalia a taxa de evasão do IFSC, entre 2009 e 2017, de (44%), abrangendo o ensino básico, técnico e superior, nota-se que os motivos que levam a evasão escolar são de vários aspectos, que vão de situação socioeconômico, questões familiares até a de adaptação à vida acadêmica. Já quando se analisa a pesquisa feita com os evadidos dos três cursos de pós-graduação *lato sensu* em docência para a educação profissional; tecnologias para a educação profissional; gestão pública para a educação profissional e tecnológica, ofertados pelo IFSC, na modalidade da Educação a Distância, identifica-se que o maior índice de evasão foi pela dificuldade de o aluno não conseguir conciliar o tempo acadêmico com trabalho, família e lazer e com isso abandonam o estudo.

Constata-se, então, que concernente aos cursos de pós-graduação o determinante para o abandono escolar é a não organização do seu tempo. Visto que o aluno opta pela modalidade EaD por falta de tempo, todavia, ainda assim, não consegue transpor este obstáculo. Diante disso, de maneira objetiva, ao que cabe a evasão na pós-graduação a instituição não abarca todas as soluções para dirimi-la, visto que tem que partir do aluno esse querer para transcender os obstáculos explícitos e implícitos que são inerente a esta modalidade, ou seja, por

mais que a instituição tenha um programa eficiente de permanência e êxito sempre haverá uma porcentagem de evasão que fogem à competência dela, visto que o aluno é o protagonista desse ensino, embora, por inúmeras vezes, não sinta este pertencimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levando em conta a pesquisa elaborada pelo IFSC, em 2018, sobre evasão escolar, onde os principais motivos do abandono ao curso para (30,2%) foi a dificuldade de conciliar horários e vida acadêmica. Para (22,6%) o motivo da evasão foi a priorização do trabalho, e para (20,8%) horário das atividades síncronas e presenciais. observou-se que cabe a instituição, dentro de suas competências, a criação de políticas pedagógicas para proporcionar, por meio da área de permanência e êxito, ao aluno conhecimentos sobre a organização de seu tempo.

Em face a isso, pode-se propor a criação de um plano de palestras visando o incentivo e administração de tempo, levando o aluno a construção de consciência sobre a viabilidade de conciliar seu estudo com as outras áreas da sua vida, por meio de um planejamento de otimização do tempo.

Neste plano de palestra poderão ter como objetivos trabalhar no aluno sua de autonomia estudantil, fazendo com que aluno a ter organização no seu estudo, incentivá-lo a ter seu material didático, como, livros para pesquisa, material didático do curso, caderno para anotar ideias, tarefas, trabalhos, provas, datas e qualquer outra coisa que tenha que ser lembrado. Montar um planejamento de estudo diário adequado à sua disciplina e à grade curricular da instituição, entre outros.]

Além disso, a instituição pode orientar o aluno a estruturar seus estudos, se organizando para cumprir o tempo planejado de cada aula, buscando motivação, em suma, que seja organizado. Pois, é sabido que quando há uma organização externa o cérebro tende a sistematizar melhor o aprendizado mantendo assim o foco.

Outra proposição é orientar o discente a ser um agente pesquisador, resolver as atividades propostas, ir além do material fornecido pela instituição, buscando sempre se aprofundar no assunto abordado fazendo pesquisas em

outras fontes, tais como livros, filmes etc. Ainda no campo das proposições, é primordial que se implemente o fortalecimento do vínculo estudantil do aluno com a instituição criando mecanismos de para que ele tenha um sentimento de pertencimento com ela, isso pode se dar por meio de ofertas de *workshops*, palestras, eventos, entre outros, integrando, assim, o discente, com a instituição, equipe pedagógica, outros alunos.

E ao que diz respeito a instituição, esta deverá fazer um mapeamento de pontos fracos, de recursos humanos, tecnológicos, pedagógicos e financeiros, e com este diagnóstico criar políticas de fortalecimento em suas perspectivas áreas. Da mesma maneira deverá reavaliar a metodologia, a didática e a proposta pedagógica com a finalidade de verificar se está sendo eficaz no alcance de seus objetivos.

Um dos aspectos a serem observados é a assistência ao aluno, visto que na pesquisa os alunos ao serem questionados sobre precisarem de assistência pedagógica durante o curso, responderam que precisam, para trocar ideias sobre o assunto; respostas concretas sobre notas; questões referentes à presença, permanência e a realização de provas; acessar o ambiente virtual; como executar as atividades propostas; dilação de prazo para postagem de atividades, entretanto, não obtiveram retorno. Diante disso, embora com uma equipe técnica atuante os estudantes trouxeram problemas relacionadas às práticas docente. Sobre isso é necessários que se fortaleça a parte pedagógica do curso para possa dar as devidas assistências ao aluno durante o processo de aprendizagem.

Quanto à gestão educacional é necessário que se realize uma gestão eficiente inserindo cada vez mais as tecnologias voltadas a educação. Assim como, que capacite seu corpo docente, equipe pedagógica e equipe administrativa para atuação de acordo com as tecnologias disponíveis.

Para finalizar é necessário que a instituição tenha uma cultura organizacional consolidada nas boas relações pessoais internas e externas. A vista disso, ela deverá ter um corpo docente forte e preparado, e para isso precisa-se investir no seu capital humano, seja em sua valorização individual, profissional e financeira, além do fortalecimento nas relações interpessoal, para que ele, cada vez, esteja preparado para suportar, ou seja, dar suporte ao aluno em seu processo de aprendizagem.

Do mesmo modo, é importante que a instituição procure estar cada dia mais

em consonância com as novidades tecnológicas. Outrossim, é de igual importância que tanto no corpo docente quanto na equipe pedagógica, além dos técnicos administrativos, possam fazer uso das tecnologias educacionais com eficiência, e, para tanto, faz-se necessário que sejam capacitados nas tecnologias da informação, pois, de nada vale a instituição ter boas fontes de tecnológicas de interação, se os principais atores não souberem utilizar, e por vezes, até mesmo desconhecem. Sendo que este é um elemento primordial para que o docente possa assistir o aluno iniciante, que frequentemente não domina o conhecimento básico de acesso à plataforma do curso. É pertinente ressaltar que nos três cursos ofertados pelo IFSC, os quais são os protagonistas deste estudo, consta na sua grade curricular a disciplina de introdução à EaD e Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem - AVEA, a qual introduz o aluno no universo da educação a distância mediada pela tecnologia.

Na Educação a distância a tecnologia tem se mostrado uma grande aliada, pode-se dizer que ela revolucionou esta forma de ensino. Em algumas áreas tem-se conseguido grandes êxitos, como as tecnologias em plataformas interativas, isso é de grande valia. Entretanto, a tecnologia não é a protagonista neste método de aprendizado, mas sim, uma ferramenta a ser utilizada pelo docente durante o processo. Pois caso, contrário torna-se um grande empecilho quando não é bem direcionada pela instituição. Não basta tê-la tem que inseri-la de modo que seja proveitoso tanto para o docente quanto para o discente.

Outro grande desafio aos gestores e da própria modalidade da EaD é o fortalecimento da pedagogia de interdisciplinaridade levando o aluno a perceber que as disciplinas, embora, distintas em seus conteúdos, nos campos do conhecimento estão alinhadas entre si, fazendo parte de um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao construir as considerações finais percebe-se que este assunto é muito amplo e complexo para se chegar a uma conclusão definitiva. Foram várias nuances nessa temática, tornando difícil, por vezes, fazer a construção dentro de sua delimitação. A priori com o objetivo de compreender o fenômeno da evasão escolar da EaD, nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e suas prováveis causas,

primeiramente, conceituou-se o assunto e os protagonistas da pesquisa, fundamentando com as literaturas existentes, para então abordar os principais pontos.

Por fim, no sentido de criar no aluno da EaD autonomia na apropriação no processo de aprendizagem tornando-o cada vez mais protagonista em seus estudos, elaborou-se as seguintes proposições de estratégias de permanência e êxito:

1. Mapear e identificar os pontos fracos da instituição para criar políticas de fortalecimento em áreas de recursos humanos, tecnológicos, pedagógicos;
2. Reavaliar periodicamente o projeto pedagógico no âmbito da sua metodologia, didática e proposta pedagógica dos cursos com a finalidade de verificar se seus objetivos estão sendo alcançados;
3. Proporcionar, ao aluno, por meio de ações de permanência e êxito conhecimentos (palestras de incentivo) sobre a organização de seu tempo; a criação de um plano de e administração de tempo;
4. Planejar acompanhamento individual do aluno e orientá-lo no valor da sua formação escolar;
5. Implementar programas de forma contínua visando o fortalecimento do vínculo estudantil do aluno com a instituição criando nele o sentimento de pertencimento, por meio de ofertas de *workshops*, palestras, eventos, entre outros.
6. Ofertar material e prática adequada, bem como a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade com assuntos relacionados a sua realidade;
7. Proporcionar espaços didáticos adequados para aulas, quando forem presenciais;
8. Criar/fortalecer na instituição uma cultura organizacional de boas relações pessoais internas e externas;
9. Reforçar o corpo pedagógico do curso para possa dar as devidas assistências ao aluno durante o processo de aprendizagem;
10. Investir no capital humano, seja em sua valorização individual, profissional e financeira, fortalecendo as relações interpessoal;
11. Capacitar o corpo docente, equipe pedagógica, além dos técnicos administrativos para o uso das tecnologias educacionais;
12. Orientar o discente a ser um agente pesquisador de forma a envolvê-lo a ir

além do material fornecido pela instituição.

Observa-se que para a EaD ter êxito é necessário que um tripé esteja em harmonia entre si, ou seja, que o aluno tenha motivação, além do conhecimento e esclarecimento sobre o que é esta modalidade de ensino, que a instituição tenha um corpo pedagógico especializado e que as tecnologias utilizadas venha ao encontro da metodologia proposta pelo curso, e também que a área de gestão de permanência e êxito tenha um planejamento estratégico bem estruturado a fim de subsidiar os alunos em suas demandas estudantis, que vão de desde a identificação com a instituição/curso até o fortalecimento de pedagógico no aprendizado do conteúdo.

REFERÊNCIAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo BR 2018. 2018.** Disponível em: <http://abed.org.br.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

ALVES, Lílian Soares. **O Papel do Aluno e tutor Na Educação a Distância**, 2017. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br>. Acesso em: 08 de abr. 2019.

BENITEZ, Iara Maria Stein. Teorias de Aprendizagem Portal Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial, Brasília, DF. Publicado no DOU de 26.5.2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas**

Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FAVORETO, João Francisco. **A Evasão Escolar na Educação Profissional Uma análise junto à Comunidade Escolar da Etec de Nova Odessa/SP.** Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://unisal.br>. Acesso em: 26 abr. 2019.

GALLINDO, Erica. **Análise Evasão RF.** Disponível em: <https://public.tableau.com/profile/ericagallindo>. Acesso em: 15 abr. 2019.

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico de Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em Docência Para a Educação Profissional.** Disponível em <https://moodle.ead.ifsc.edu.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Tecnologias para Educação Profissional.** Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

IFSC. Cerfead. **Resultado da Pesquisa de Evasão.** Florianópolis. 2018.

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica.** Florianópolis, agosto de 2016. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional – o PDI.** Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC.** Florianópolis. 2018. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos Maciel. **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo. 2009. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

MEC - Ministério da Educação. **Educação Superior: MEC acelera ritmo de processos de reconhecimento e autorização.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2019.

OLIVEIRA, F. B. **Considerações sobre Educação a Distância no Ensino Superior, A Experiência da Fundação Getúlio Vargas.** Rio de Janeiro. 2009.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; OESTERREICH, Silvia Aparecida; ALMEIDA, Vera Luci de. **Evasão na pós-graduação a distância: evidências de um estudo no interior do Brasil.** Revista Scielo Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 44, e165786, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1678-4634201708165786.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; ANDRADE, Rocha Andrade. **Trajetórias de Educação Profissional e Tecnológica: Educação a distância e ensino presencial: convergência de tecnologias e práticas educacionais.** IFSC. 2008

SIQUEIRA, Thaíse dos Santos Soares; SILVA, Rosilani Balthazar da. **Permanência Escolar Na EaD: Apontamentos A Respeito Da Necessidade De Discutir As Estratégias Utilizadas Por Discentes Jovens, Adultos E Idosos.** Revista Científica Interdisciplinar. Nº 3, volume 2, artigo nº 1, Julho/Setembro 2015. Disponível em: <http://revista.srvroot.com>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SOUZA, J. A. da Silveira. **Permanência e Evasão Escolar: Um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Profissional.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.